

Plataforma Brasil
democrático e sustentável

Política Cidadã
baseada em
princípios
e valores

O Instituto Democracia e Sustentabilidade

é uma organização da sociedade civil, plural e apartidária, que nasceu do desejo de um grupo de pessoas de buscar alternativas de desenvolvimento para o Brasil com base em novos valores e premissas, fundamentados na valorização do potencial econômico, patrimônio ambiental e diversidade sociocultural do País.

Conselho diretor

Beto Ricardo

Gisela Moreau

Guilherme Leal

João Paulo Capobianco

Maria Alice Setubal

Marina Silva

Ricardo Young

Pessoas citadas na publicação

Carla Mayumi

Ladislau Dowbor

Celso Athayde

Ladislau Dowbor

Chico Whitaker

Lia Diskin

Drica Guzzi

Marcos Rolim

Eduardo Giannetti

Marina Silva

Eduardo Rombauer

Maristela Bernardo

Eduardo Viola

Oded Grajew

Eduardo Viveiros de Castro

Rachel Trajber

Eduardo Viveiros de Castro

Ricardo Abramovay

Fernando Meirelles

Ricardo Abramovay

Frei Betto

Ricardo Young

Giuseppe Cocco

Washington Novaes

José Eli da Veiga

1ª versão

Site: www.idsbrasil.net

Endereço: Rua Tapinás, 22, conjunto 81 – Itaim Bibi, São Paulo – SP

Julho 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
QUE PRINCÍPIOS PRECISAM SER OBSERVADOS PARA DAR SENTIDO À AÇÃO POLÍTICA?	4
QUE VALORES DEVEM NORTEAR NOSSAS AÇÕES POLÍTICAS?	5
QUE DEMOCRACIA QUEREMOS?	5
QUE PRINCÍPIOS PRECISAM SER OBSERVADOS PARA DAR SENTIDO À AÇÃO POLÍTICA?	8
QUE VALORES DEVEM NORTEAR NOSSAS AÇÕES POLÍTICAS?	12
PARTICIPAÇÃO	13
ÉTICA	14
EQUIDADE	15
COLABORAÇÃO	16
ACESSO À INFORMAÇÃO	18
HORIZONTALIDADE	20
DIVERSIDADE	21
QUE DEMOCRACIA QUEREMOS?	24
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	25
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	28
O QUE FAZER PARA MUDAR?	32
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), desde a sua fundação, em 2009, tem procurado contribuir para ampliar a discussão com a sociedade sobre “o Brasil que queremos”: um horizonte de desenvolvimento guiado por valores socioambientais e éticos.

Para isso, realizou diversos encontros - as Rodas de Conversa - nos quais foram discutidos temas de relevância da agenda nacional, tais como saúde, educação, segurança pública, cidades, economia, que deram subsídios para a construção da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.

Em 2011, o IDS concentrou suas atividades em torno do eixo “Política Cidadã baseada em princípios e valores”. Reuniu um grupo de colaboradores para dialogar sobre a conjuntura política nacional e internacional, promoveu duas Rodas de Conversa sobre o tema “Política 2.0”, uma em São Paulo e outra em Porto Alegre, no Fórum Social Temático. Em outubro de 2011 lançou os resultados da pesquisa “Política Cidadã – Reflexões e Caminhos”, realizada em parceria com o Instituto Ideafix, na qual foram entrevistados dois públicos diferentes: 100 jovens entre 18 e 25 anos e 30 formadores de opinião dos campos artístico, religioso, acadêmico e líderes comunitários.

Esta publicação sistematiza algumas das questões trazidas pelos participantes das Rodas de Conversa e da pesquisa. Esses aportes estão organizados em torno de três perguntas fundamentais que ajudam a compreender os desafios envolvidos na discussão:

Que princípios precisam ser observados para dar sentido à ação política?

Vem-se ampliando a consciência de que a ação política, hoje, demanda uma compreensão mais complexa e diversificada dos elos estruturais entre a economia, a organização da sociedade e outros componentes indissociáveis de uma noção contemporânea de desenvolvimento. O maior exemplo dessa

perspectiva está na formulação do papel das questões ambientais como parte essencial do sentido da ação política. Dar dimensão política à conservação ambiental, à justiça social no uso dos recursos naturais e ao imperativo da preservação da vida no planeta é estabelecer um novo patamar de ação, com base em um princípio - o da Sustentabilidade, ponto de partida de uma profunda revisão no significado de desenvolvimento e dos objetivos da vida em sociedade.

Que valores devem nortear nossas ações políticas?

Valores estão na base das escolhas feitas pelos indivíduos e pelas sociedades. Estamos diante de uma crise ampla e profunda de difícil superação, que tem como uma de suas principais expressões a crise de valores. O que norteia as escolhas da maioria das pessoas e das estruturas de poder político e econômico hoje? E como tais escolhas impactam as relações sociais e conformam lógicas de convivência majoritariamente aceitas? Até onde o peso do que está estabelecido e parece imutável submete e deprime a esfera dos valores, impregnando-a de conformismo e fatalismo? Esta crise é sentida, em boa parte, como impotência para gerar cidadania ativa e transformadora e como enorme dificuldade de fazer valer valores como bem comum, defesa do ambiente natural, solidariedade, respeito às diferenças.

Que Democracia queremos?

Vivemos no Brasil a construção da democracia, embora tenhamos suas instituições fundamentais estáveis e em pleno funcionamento. Na prática, o funcionamento do Estado é permeado por uma cultura anti-democrática patrimonialista resistente que impregna o sistema político-partidário e o modelo de governabilidade, com repercussões significativas na disposição da população à participação política e à exigência de seus plenos direitos de cidadania.

Essas características do processo histórico brasileiro interagem com a crise mundial dos partidos políticos e da fragilização das instituições de governança global. A mediação feita pelos partidos entre a população e o poder de decisão das instâncias de governo que conformam o Estado mostra-se insatisfatória e, em muitos casos, em avançada caducidade. Impõe-se reconhecer que a atual encruzilhada da humanidade é marcada pela necessidade de profunda renovação política nos sistemas de representação e de decisão.

No Brasil, parte importante dessa questão está expressa no chamado modelo de governabilidade que, da necessidade de coalizão para garantir estabilidade e funcionamento das instituições de governo, consolidou-se como um sistema de compartilhamento fisiológico do Estado para conquista e manutenção de espaços de poder em si. As alianças típicas do presidencialismo de coalizão ostentam quase total esvaziamento de conteúdo programático e cada vez mais respondem apenas a uma lógica de acúmulo de forças para embates eleitorais, comprometendo de maneira acentuada a construção de políticas públicas socialmente pertinentes, tecnicamente consistentes, ambientalmente adequadas e duradouras. Acresce que as relações que se estabelecem nesse contexto são entremeadas pela interferência abusiva do poder econômico, tanto na definição e encaminhamento de legislações, orçamentos e políticas públicas quanto diretamente nas eleições, em todos os níveis.

As transformações que o Brasil deve realizar para chegar a uma sociedade mais justa, democrática e sustentável são, assim, de difícil consecução. Alcançá-las implica, necessariamente, propor mudanças e mobilizar a sociedade para aumentar seu grau de participação política, única maneira de ir adiante, tanto na compreensão e proposição de um modelo de desenvolvimento mais avançado do ponto de vista civilizatório, quanto na construção de uma cultura política democrática. Onde podemos identificar as sementes de novas formas de fazer política? Que temas mobilizam a sociedade? Qual o papel das novas tecnologias no fortalecimento da cidadania e de uma cultura política renovada?

A sistematização aqui feita não reflete um consenso sobre as questões levantadas. Ela busca evidenciar diferentes perspectivas, opiniões, perguntas e, assim, provocar novas conversas. É um convite à participação. Como disse Marina Silva:

“só os tiranos podem oferecer à sociedade um destino. Os democratas apenas podem oferecer a possibilidade de um mundo melhor, se este mundo for construído por todos os homens e mulheres que se comprometem com ele”. (IDS, 2011, p. 3)

QUE PRINCÍPIOS PRECISAM SER OBSERVADOS PARA DAR SENTIDO À AÇÃO POLÍTICA?

"Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução." (BOFF, 2012, 2º parágrafo)

Essa definição remete o conceito de sustentabilidade para o campo do respeito e do compromisso com a vida das presentes e futuras gerações e com as outras formas de vida. Diante disso, é incompatível manter como indicador de prosperidade níveis sempre crescentes de produção de bens e serviços, tendo a consciência de que os padrões atuais de produção e consumo comprometem os ciclos básicos que dão sustentação à vida e à própria atividade econômica.

Estamos diante de uma encruzilhada. Os ideais do iluminismo trouxeram-nos a noção de que o progresso está sempre ligado à expansão das liberdades e à melhoria na qualidade de vida. Na situação presente, se este progresso/ desenvolvimento não respeitar os limites da natureza, pode levar à precarização das condições de vida, pelo menos de uma parcela significativa da sociedade.

O desenvolvimento científico e tecnológico é parte importante dessa equação, mas não basta apenas incorporar avanços técnicos que permitam produzir mais usando proporcionalmente menos recursos tais como energia e água, pois essa lógica não dá conta do desafio de reduzir as desigualdades (não só de renda, mas sobretudo de acesso aos recursos naturais), considerando o atual padrão de consumo das sociedades mais desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, o desafio de reduzir as desigualdades, ao contrário do que afirma o *mainstream*, não está na escalada do consumo para que as populações desprivilegiadas procurem alcançar algum patamar próximo do mais elevado. Esta miragem não só é irrealizável pois, como já foi dito,

precisaríamos pelo menos de mais cinco planetas para dispor de recursos naturais para dar suporte a isso. Ela o é também porque mais consumo para todos não é sinônimo de mais qualidade de vida para todos. Pode significar, ao contrário, piora generalizada para a maioria, na medida em que se jogaria a crise ambiental para além do limite do risco em que já se encontra.

Hoje nos aproximamos perigosamente (e em alguns casos já a superamos) da capacidade de resiliência dos ecossistemas em pelo menos 9 fronteiras planetárias. Três dessas fronteiras estão relacionadas a processos globais (mudanças climáticas, depleção da camada de ozônio e a acidificação dos oceanos), mas todas elas ganharam tal dimensão que não podem mais ser delimitadas regionalmente, no que diz respeito a perda de biodiversidade, uso de água doce, mudanças no uso da terra e ciclos do nitrogênio e do fósforo.

As respostas ao aquecimento global, em particular, não têm estado à altura da gravidade da situação. Parece haver uma paralisia frente a dimensão do problema, como se não existisse relação entre o diagnóstico e a necessidade de implementação de ações que revertam suas causas. Os organismos internacionais não têm conseguido construir acordos que permitam a distribuição de responsabilidade de forma compartilhada e diferenciada e os avanços alcançados na esfera da produção não respondem minimamente à escala de intervenção necessária.

Essa paralisia é, basicamente, de natureza política, pois à urgência planetária contrapõe-se uma geopolítica de poder estabelecida e sistemas de produção tradicionais dominantes que se recusam a perder seus espaços hegemônicos, ainda que ao preço de danos irreversíveis ao planeta. Trata-se de um caso dramático que demonstra a supremacia do cálculo de poder político e econômico sobre qualquer outro, possivelmente porque se acredita que, no limite, sempre haverá uma solução tecnológica para manter em segurança o território planetário necessário à manutenção estável da vida de parte dos habitantes do planeta, a parte que puder pagar por isso.

Vê-se, portanto, que o pano de fundo da crise climática é o da necessidade de superação de sistemas políticos formalmente democráticos, porém, altamente restritivos no que diz respeito à formação de suas decisões, tanto no plano nacional quanto no global. A política atual é majoritariamente impermeável ao senso de urgência ditado pela contínua degradação ambiental, em que pesem os esforços de mitigação de danos feitos no âmbito de setores produtivos de ponta, as legislações de proteção e conservação, o crescimento da consciência ambiental por parte da sociedade e os avanços da ciência. O ponto em que estamos exige atitudes transformadoras em um plano mais profundo dos paradigmas vigentes, a começar do paradigma político, para que as mudanças necessárias aconteçam na velocidade exigida. A sustentabilidade não é uma perspectiva apenas ambiental. Ela é uma maneira de ser, uma visão de mundo, uma projeção civilizatória.

Ser sustentável

A sustentabilidade não é uma maneira de fazer as coisas. É uma maneira de ser. O ser sustentável é o ser capaz de se reconectar com a sua infância civilizatória. Em boa parte da história a humanidade esteve sustentada não pelo fazer, mas pelo ser.

Os romanos queriam ser grandes e fortes. Os gregos queriam ser sábios e livres. As pessoas na Idade Média queriam ser santas. E aí eu sempre brinco, em que pesem os pecados cometidos em nome da santidade.

Um belo dia, nós fomos despertados pela ideia do fazer, aí o ser artesão virou fazer artefato, o ser filósofo virou fazer filosofia, o ser cientista virou fazer ciência e o ser santo virou fazer igreja, fazer dízimo, fazer fiéis. E nós chegamos em pleno século 21, em que a relação afetiva entre duas pessoas virou fazer amor.

E quando a gente faz, faz, faz, faz, faz, faz, não há lugar para botar tanto fazer. Então se cria um buraco negro chamado consumo. E nós estamos sendo mediados por isso. Neste momento agora as pessoas estão colocando isso em pontos suspensivos. Nenhum de nós tem a resposta. E é por isso que essa resposta vai ter esse trabalhar. O trabalho de buscar respostas coletivas para nossas ansiedades individuais e coletivas pode se dar no espaço da política.¹

¹ Fala de Marina Silva

QUE VALORES DEVEM NORTEAR NOSSAS AÇÕES POLÍTICAS?

O mundo passa por uma crise global caracterizada por múltiplas crises – econômica, social, cultural, política, ambiental – em cuja base está uma crise de valores.

O sistema de valores está também em crise, porque boa tarde daquilo que significou o nosso fazer econômico, social, cultural e político começa a ser questionado em função dos graves problemas que estamos vivenciando hoje. Por que se prioriza destruir a casa de centenas de famílias em função de especuladores e de mafiosos? Esses valores nos levaram a fazer mudanças na legislação brasileira para ganhar o lucro de apenas algumas décadas em prejuízo do futuro das gerações que virão.²(FORUM SOCIAL TEMÁTICO, 2012, p. 4)

O atual momento da civilização é marcado pela predominância de uma classe de valores ligada à riqueza material como forma de realização humana. Impulsionadas pela publicidade, as pessoas têm como parâmetro fundamental de sucesso a acumulação de riqueza e de bens materiais. Mesmo a consciência dos limites dos recursos naturais tem-se mostrado insuficiente para alterar a lógica que tem na maximização do consumo e do lucro o eixo central de organização das relações econômicas e sociais.

Tem um livro belíssimo do Fred Pearce, *When Rivers Run Dry* (Quando os rios secam). Ele conversa com empresas de agricultura, os grandes agricultores indianos, que têm bombas que puxam 12 metros cúbicos por hora de água. Ele pergunta: 'Mas vocês estão puxando a que profundidade?' Eles: 'a 350 metros'. 'Por quê?' 'Porque a cada ano temos que acrescentar um metro e meio, pois a água não é reposta'. Ou seja, quando chegam as monções, a água se repõe em apenas 1/3. Eu disse para eles: 'Mas chega aonde isso?' Eles: 'Claro que acaba'. 'Mas, se acaba, porque vocês continuam?' A resposta é interessante: 'Amigo, todos nessa região têm seu bônus, é o mesmo aquífero. Se eu parar de bombear, não vou ganhar meu dinheiro, os outros vão continuar e a água vai ser a mesma'. Esse é o grande argumento: 'Se não for eu, vão ser os outros'. (IDS; IDEAFIX, 2011, p. 85)

No entanto, presenciamos também a ampliação da consciência de que é possível e necessário ser diferente, trabalhar pelo bem comum, enxergar os

² Fala de: Mariana Silva.

recursos naturais, a cultura e o conhecimento como valores em si mesmos e não apenas pelos seus potenciais econômicos.

É um momento de transição, começam a caber valores do coletivo, menos ligados ao consumo. Está existindo, nessa ideia de sustentabilidade, a visão de que os recursos são finitos e que uma hora alguém vai pagar a conta. (IDS; IDEAFIX, 2011, p. 31)

Participação

Frente a essa crise de valores, é crescente o interesse e a busca pela participação da sociedade nas decisões políticas e na construção da cidadania.

Estamos numa época de transição rumo a formas mais múltiplas, polifônicas, de participação. Esses relacionamentos múltiplos estariam gerando uma consciência que não é, como no passado, uma consciência de classe, de pertencimento a um partido, mas sim uma consciência de que cada um tem que se mover, de vez em quando, por certas causas. (GUZZI, 2012, 13º parágrafo)

Há a percepção de que os jovens desempenham um papel transformador de grande relevância.

A juventude tem essa capacidade de indignação e, mais importante, é quem tem mais a perder, a longo prazo, com tudo de má qualidade que esteja sendo feito no País. Então, tem um potencial muito importante, principalmente em exigir programas responsáveis, não baseados no imediatismo, mas de longo prazo. (BONDER, 2013, 8º parágrafo).

Esse papel é potencializado pela capacidade de comunicação propiciada pela internet e pelas redes sociais.

Essa juventude está tendo a oportunidade de ter as redes sociais para se comunicar, e com isso fazer grandes intervenções. Estão se valendo delas como uma grande ferramenta: por lazer, para namorar, para fazer intervenções coletivas nas relações comerciais e políticas. (ATHAYDE, 2012, 5º parágrafo)

E entre os diversos fazeres que as redes sociais propiciam, a apropriação dessa ferramenta para a participação política já começa a se evidenciar.

Há movimentos inteiramente produzidos dentro das redes sociais, como a marcha contra a homofobia, o churrasco da “gente diferenciada” em Higienópolis, os vários movimentos contra Belo Monte, a mobilização pelas florestas. As redes são nossa saída de emergência para a aliança mortal entre governo e mídia. São um fator de desestabilização, no melhor sentido da palavra, do arranjo de poder dominante. Se alguma grande mudança no cenário político brasileiro vier a acontecer, creio que vai passar por essa mobilização das redes. (CASTRO, 2013, 25º parágrafo)

Vários movimentos vêm crescentemente usando as redes sociais como instrumento de mobilização e manifestação política, de forma independente das estruturas institucionais de representação.

Contudo, me surpreendeu a mobilização através das redes sociais no 7 de setembro [de 2011]. Até então, só evangélicos, gays e os que são a favor da liberação da maconha ocupavam as ruas. Foi muito positivo ver em várias cidades do Brasil a manifestação contra a corrupção, pela transparência dos votos dos deputados e senadores, pela reforma política, pela reforma agrária, pela auditoria da dívida externa. (BETTO, 2012, 5º parágrafo)

Ética

As mobilizações para pedir mais ética na política têm se multiplicado de forma espontânea, sem a presença de partidos políticos ou movimentos sociais na organização dessas passeatas. O crescimento da mobilização reflete uma sensação de impunidade ainda muito presente na sociedade.

Não adianta querer que os políticos não sejam corruptos se eles sabem que não há punição para a corrupção. Então precisamos criar um projeto de sociedade na qual desvios como a corrupção e o nepotismo sejam rigorosamente punidos – e mudar, ao mesmo tempo, os padrões do sentido da vida humana. (BETTO, 2012, 10º parágrafo)

A demanda por valores éticos não pode estar vinculada apenas à questão da corrupção nas instituições públicas. Há uma compreensão crescente de que uma sociedade livre é uma condição fundamental para o exercício da democracia.

A liberdade é uma conquista que, penso, as pessoas não tolerariam que fosse de qualquer maneira cerceada. É um dos alicerces dessa civilização que estamos construindo. A mesma coisa com a consciência ecológica, que vai ganhando força. Temos avançado tanto nesse território – liberdade para as mulheres, para os homossexuais, para as minorias religiosas. A liberdade está muito presente, e não há percepção de ameaça a essa questão, hoje. (BONDER, 2013, 16º parágrafo).

Por isso, também a luta contra a opressão deve ser compreendida como a construção de uma sociedade que se baseia em valores éticos.

O fato é que não podemos acreditar que existe para sempre um opressor e um oprimido. Precisamos crer que só haverá opressor se houver omissos. Quem não estiver feliz tem que levantar o dedo, ainda que seja o dedo médio. (ATHAYDE, 2012, 9º parágrafo)

Há uma relação direta entre liberdade e desigualdade social, que evidenciou-se nos debates e entrevistas.

A plena liberdade política é desfrutada por apenas uma parcela da população mundial. Mas, mais do que a liberdade de influir nas decisões que afetam a própria vida, a pobreza é o maior limitador da liberdade humana. Sem justiça social não há liberdade, e a injustiça social ainda é dominante no planeta. Em todos os países encontraremos diferenças entre ricos e pobres, maiores ou menores, mas não há lugar onde a diferença seja tão grande quanto no planeta Terra como um todo. (MEIRELLES, 2012, 17º parágrafo).

Equidade

O exercício de uma verdadeira Política Cidadã precisa oferecer oportunidades para que todos possam desfrutar de parcela justa dos benefícios gerados pela sociedade.

O equilíbrio social pode se dar em um país onde existam milionários e proletariado. Ninguém precisa ser infeliz porque é proletário – você pode ter a dignidade garantida. Um país livre, democrático é aquele que permite a mobilidade social pela capacidade das pessoas, testadas a partir das oportunidades. Aí a democracia funciona para todos. (ATHAYDE, 2012 20º parágrafo)

Reduzir as desigualdades sociais e a degradação ambiental é o grande desafio desse século, que só poderá ser atingido com profundas transformações no sentido que damos às decisões políticas e econômicas.

Em outras palavras, por mais importante que seja produzir melhor, utilizando menos recursos, fontes renováveis de energia e eliminando a devastação, o desafio está em ir muito além da economia verde. Ou seja, colocar a questão das desigualdades e do sentido da vida econômica no eixo das próprias decisões empresariais e do planejamento público, associativo e privado. (ABRAMOVAY, 2012, 31º parágrafo)

Essas decisões passam pelo ordenamento do uso dos recursos naturais que precisa contemplar a maior democratização do acesso que a sociedade tem a eles.

As populações mais pobres são jogadas pelo sistema para os lugares piores de se viver, os lugares mais vulneráveis, que têm mais riscos em especial em tempos de mudanças climáticas. Essas pessoas têm menos acesso ao que disse antes, para a sustentação da vida: água limpa, alimentos de qualidade, segurança e saúde preventiva. (TRAJBER, 2012, 19º parágrafo)

E também do acesso a bens coletivos, como saúde, segurança, mobilidade, mas principalmente educação.

A “falta” de instrução, que é uma forma muito particular e perversa de instrução imposta de cima para baixo, é talvez o principal fator responsável pelo conservadorismo reacionário de boa parte da sociedade brasileira. Em suma, é urgente uma reforma radical na educação brasileira. (CASTRO, 2013, 5º parágrafo)

Colaboração

Em nossa civilização, as formas de realização se dão muito mais na esfera individual e privada, do que no âmbito coletivo e público.

Um valor muito disseminado pela cultura liberal é o individualismo na competição. O cidadão estar preparado para competir na sala de aula com o amigo por uma vaga no vestibular, depois para uma bolsa de pesquisa, para estar no mestrado, por uma vaga no trabalho. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 28)

A lógica baseada no trabalho colaborativo tem uma oportunidade no âmbito econômico, com a evolução para a sociedade do conhecimento.

Nós estamos usando regras do jogo do século passado, da apropriação, quando a nova economia permite processos colaborativos. Se você faz ampliar os processos colaborativos no sistema econômico, que são sistemas redistributivos, renda mínima universal, acesso à ciência, o Creative Commons, está construindo a base econômica de uma outra política.³ (IDS, 2011, p.4)

Como a lógica colaborativa pode permear a política? Como superar a disputa de poder pelo poder entre grupos partidários e ampliar alianças em torno de questões programáticas de interesse público?

Se a gente não limpar o terreno do político, entendendo que o político é aquilo que atende a todos nós, vai ser muito difícil resgatar o princípio fundante da vida comunitária, da vida pública. A palavra idiota, em grego, referia-se justamente àquele que não se interessava pelo público. A minha perspectiva é despartidarizar questões de ordem política, embora os partidos políticos tenham que ser fortalecidos. São eles que vão manter a roda da política em funcionamento. Mas os interesses nacionais, os interesses coletivos têm que estar acima de qualquer tipo de partidarismo. (DISKIN, 2012, 24º parágrafo)

Como a lógica colaborativa pode permear a gestão pública? Existem bons exemplos da adoção de sistemas em rede.

Um segundo ponto, indo para os poderes locais, veja por exemplo uma experiência de Penápolis, um consórcio intermunicipal de saúde. Em vez da guerra, se um município melhora a saúde, todos os municípios vizinhos vão afluir para ali, fizeram um sistema de gestão horizontal em rede. E não a solução vertical. O vertical é poder, é autoritário e gerador de competição. O horizontal é democrático e colaborativo. Será que a política vai ser isso ou aquilo?⁴ (IDS, 2011, p.36)

O potencial colaborativo pode ser estimulado e desenvolvido. As redes sociais e a internet têm ampliado este potencial, em especial no compartilhamento de conhecimentos, a exemplo da Wikipédia, uma enciclopédia livre onde todos podem editar.

³ Fala de Ladislau Dowbor.

⁴ Fala de Ladislau Dowbor

Eu estou acabando de ler um livro fascinante chamado o Pingüim e o Leviatã (...) o que esse livro mostra é que nós estamos num momento de extraordinária ampliação dos potenciais de cooperação (...) e isso foi levado a um ponto inimaginável anteriormente com as novas tecnologias da comunicação da informação⁵. (IDS, 2011, p. 59)

Para ampliar a cooperação, o diálogo deve ser visto como um valor, aproximando-se da conceituação de espaço público como aquele onde as decisões de caráter coletivo são amadurecidas pela capacidade individual e grupal de entender o ponto de vista alheio e procurar uma solução que espelhe o que há de comum nos diferentes interesses. Exercitar a escuta, avaliar genuinamente perspectivas diferentes, buscar as convergências e abrir novas possibilidades fazem parte dessa lógica de conversa, que é diferente da disputa. Como forma de buscar respostas universais, o diálogo deve se dar entre poder público, sociedade civil e empresas, e dentro de cada um desses setores.

É importante observar esses espaços intersetoriais que estão crescendo nos últimos anos. O Fórum Amazônia Sustentável, por exemplo, foi fundado numa coalizão que tinha índios, empresários, trabalhadores do Estado, sociedade civil de vários níveis, com uma finalidade específica e uma visão sobre a região. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 75)

Acesso à informação

A internet expandiu de forma extraordinária o acesso à informação.

Não é uma televisão ou rádio que ele desliga, a informação circula nas redes dos amigos, dos amigos dos amigos, gera comentários, compartilhamentos, reações. A política ficou mais próxima dele. Outras formas de se fazer política também começam a aparecer, micropolíticas em rede. A informação aberta, acessível a todos em tempo real, permite que cada um selecione, compartilhe, discuta. (GUZZI, 2012, 14º parágrafo)

Essa realidade interfere profundamente no uso da informação como instrumento de poder.

⁵ Fala de Ricardo Abramovay

Isso é uma das poucas coisas com que estou bastante otimista: o relativo e progressivo enfraquecimento do controle total das mídias por cinco ou seis grandes grupos. Esse enfraquecimento está acontecendo com a proliferação das redes sociais, que são a grande novidade na sociedade brasileira e que estão contribuindo para fazer circular um tipo de informação que não tinha trânsito na imprensa oficial, e permitindo formas de mobilização antes impossíveis. (CASTRO, 2013, 25º parágrafo)

O acesso à informação interfere decididamente na forma de organização e participação da sociedade.

Não tem como desconsiderar que as redes sociais vieram para ficar e para dividir um espaço significativo com as mídias formais. O mundo mudou a partir disso e, necessariamente, a mobilização da juventude passa por esse desenvolvimento. Quanto mais as pessoas conseguem operar essas máquinas, mais próximas das informações, mais perto da revolução elas ficam, mais chances de ser livres terão. (ATHAYDE, 2012, 7º parágrafo)

E na forma como a sociedade pode se relacionar com a política institucional.

A política no Brasil ainda é feita muito nos gabinetes e restaurantes, tem um quê de futebol, o interesse pelo jogo de poder entre os partidos vem antes do debate das ideias. Isso é muito frustrante para quem tenta acompanhar nossos homens públicos. A boa notícia é que, com o crescimento das redes sociais, a participação popular também tende a crescer e o processo político, a ficar mais transparente. (MEIRELLES, 2012, 4º parágrafo)

Principalmente na transparência do uso dos recursos públicos.

E mesmo fazendo a leitura [*das contas governamentais*], você jamais desconfiaria que no Ministério dos Transportes houve desvio de 628 milhões de reais, porque o que está lá parece tudo certinho, depois é que a investigação mostra que não. É preciso aprofundar o sistema de transparência no país, como também a Comissão de Ética da República, que não pune ninguém, é sempre conivente e leniente com os corruptos. (BETTO, 2012, 33º parágrafo)

Também as empresas passam a estar submetidas a critérios de transparências de suas ações e de sua estrutura de governança.

Além disso, existe, no próprio capitalismo, uma tendência crescente de que as condições em que as empresas funcionem sejam cada vez mais submetidas à crítica pública e à visibilidade do seu rastro ambiental e dos seus impactos sociais. (ABRAMOVAY, 2012, 15º parágrafo)

Horizontalidade

A Política Cidadã está baseada em novas relações de poder entre as pessoas, onde prevalece a participação e a colaboração em rede, de forma multicêntrica e mais horizontal.

Eu acho que teria que ser participativa direta e baseada em núcleos de poder difuso, local, não centralizado garantindo que realmente não seja um poder central, só nas mãos da mesma minoria que atua na política partidária com foco no poder hegemônico. (TRAJBER, 2012, 25º parágrafo)

Nessa nova relação, as lideranças são construídas a partir de seu trabalho e não de sua posição hierárquica em uma organização.

O Brasil não precisa mais de heróis. As pessoas amadureceram para buscar lideranças, individuais ou partidárias, que sejam realmente comprometidas com uma agenda de trabalho. Essa é a grande “ficha limpa” que vamos realizar. A gente precisa de pessoas que tenham um histórico de envolvimento com o trabalho em suas vidas. (BONDER, 2013, 18º parágrafo)

A internet e as redes sociais criam um ambiente propício para o estabelecimento de relações diretas entre milhões de pessoas que muitas vezes não se conhecem, mas decidem engajar-se em ações coletivas movidas por interesses comuns.

É a chamada cultura digital: “Eu faço um pedacinho, outra pessoa vai fazer outro pedacinho”. Isso gera uma potência, uma sensação de autonomia do tipo: “Me interessa por isso e vou atrás, não preciso esperar por ninguém”. (GUZZI, 2012, 12º parágrafo)

A sociedade já começa a criar organizações baseadas em novas relações hierárquicas.

Para a CUFA [*Central Única das Favelas*], tudo o que eu não queria era isso. Mas já na criação da cúpula da CUFA começava um processo de opressão, a partir do momento em que instituiríamos quem mandava e quem obedecia. Decidimos então que o nosso modelo seria uma grande rede em que todos fossem independentes, donos dos seus espaços, mas deveriam satisfação ao coletivo. (ATHAYDE, 2012, 27º parágrafo)

Mesmo no mundo corporativo, a lógica dos negócios está mudando.

Ao mesmo tempo, atividades econômicas em que a eficiência sempre se associou à concentração têm um amplo poder de descentralização: é o caso, por exemplo, daquilo que no Brasil se chama de geração distribuída de energia, em que cada casa, cada fábrica, cada escritório, cada fazenda tem o potencial de se transformar não apenas em consumidor, mas igualmente em produtor de energia, graças a novas tecnologias de produção e, sobretudo, a dispositivos inteligentes a que a sociedade da informação em rede dá lugar. (ABRAMOVAY, 2012, 10º parágrafo)

Diversidade

Se de um lado temos o combate às desigualdades como parte intrínseca do conceito de desenvolvimento sustentável, de outro temos o respeito e a valorização das diferenças.

A política teria que ser participativa direta. Garantir que não seja só a mesma minoria que participa dessa construção política. Pensar como parte do planeta Terra, e sociedades que têm diferenças culturais, mas não desigualdades. Respeitar e valorizar diferenças e diversidade. É isso que a nova política precisaria propiciar. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 74)

As diferentes vozes da sociedade estão pouco presentes na mídia. Os veículos de comunicação de massa não dão espaço para a pluralidade de opiniões e, por meio da publicidade, são um dos principais responsáveis pelo fortalecimento da identidade baseada no consumo.

Tudo o que a gente ouve na televisão é que 'só o consumo salva, só consumindo saímos da crise'. Temos que vender a ideia de que nem tudo passa por aí. A felicidade tem outros vários caminhos. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 44)

A internet tem possibilitado a ampliação de outro tipo de comunicação, mais descentralizada, com interatividade, em que o sujeito não é apenas receptor, mas também emissor de informação.

Quanto mais se dissemina a informação e se empodera a população e proliferam a produção e a reprodução de informação, melhor. Determinados setores da comunicação brasileira têm menos compromisso com as liberdades do que com as perspectivas de lucro e estruturação dos negócios. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 62)

A educação é fundamental na valorização da diversidade.

Uma educação integral, integrada, íntegra, muito mais ampla do que a escolar. Nós ainda temos bases, a cultura popular, não a cultura de massa, essa cultura mais de raízes pode ajudar muito a trazer maior dimensão pra essas mudanças. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 57)

Existe uma tendência à homogeneização cultural, embora a diversidade étnica e a cultura popular sejam uma grande riqueza do Brasil. As políticas públicas devem garantir atendimento universal, mas respeitar as diferenças, lidar com as peculiaridades locais e as necessidades de cada situação.

O Estado em geral pensa em uma lógica de escala: isso é bom, então tem que servir para todo mundo. Ótimo, mas colocar para todos a mesma coisa é uma visão absolutamente equivocada. Somos um país da diversidade, tínhamos que levar a diversidade como valor. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 30)

Ações locais são oportunidades de valorizar a diversidade cultural e aproximar as pessoas da política.

Paz na diferença é uma ação territorial. A gente se liga muito nas histórias da cultura, da tradição. Nossa festa junina deste ano foi o ciclo do milho. O ciclo do milho começa em março, faz o plantio, depois tem os cantos, as músicas, e a festa junina é de alegria pela colheita. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 53)

Exemplo indígena

A nossa visão das sociedades indígenas enxerga o índio não pelo que ele tem, mas pelo que ele não tem. E não vê coisas que talvez estejam apontando em direção à utopia humana.

As intervenções dessas sociedades horizontalizadas, que convivem intensamente com o ambiente, aumentaram a diversidade dos ambientes em que elas vivem, ao contrário de nossa sociedade, que vai simplificando tudo, padronizando tudo, gerando uma infinidade de coisas diferentes da mesma coisa, é uma falsa diversidade.

Eles têm governança reconhecida pelos respectivos estados nacionais em 30%, 40% do território da Amazônia. E as áreas em que os índios vivem são relativamente mais conservadas do que seus entornos. As últimas pesquisas, não só arqueológicas, mas antropológicas também, mostram que essas populações, ao longo de milênios, foram melhoristas de seus ambientes, potencializaram a diversidade. Essas áreas são salvaguardas importantes porque são repositórios da diversidade de plantas cultivadas, de animais, têm uma massa de paisagens e florestas, lugares sagrados. Essa parte do mundo é importante para um paradigma de futuro que não seja o da Arca de Noé: diversidade biológica guardada que vai fugir daqui quando tudo pegar fogo.

Nos lugares que eu conheço, quando uma aldeia chega a 300, 400 pessoas, ela costuma se dividir, exatamente para que não haja sobrecarga sobre os recursos dos quais a aldeia depende. Isso também é de uma enorme sabedoria. Não construir mega concentrações humanas. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 33)

QUE DEMOCRACIA QUEREMOS?

A democracia não é apenas um sistema de tomar decisões, ela também deve ser vista como um valor.

A noção de ética em Maquiavel é ligada ao poder, na oposição entre fins e meios. Há uma outra noção de poder em que os fins e os meios não se separam, que é a democracia. Maquiavel chama de multidão em armas, a multidão detém seu próprio poder sem entregar a nenhum leviatã.⁶ (IDS, 2011, p. 2)

O exercício da democracia não se restringe ao direito de voto nas eleições, ele envolve a participação direta. Porém, para que a democracia seja plena ou fique próxima desse ideal, é necessário garantir as condições de participação aos cidadãos.

Democracia plena só poderia existir a partir do momento que as pessoas tivessem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 35)

O sistema democrático passou por muitas transformações desde a sua concepção na Grécia Antiga até os dias atuais. Novos direitos foram reconhecidos e conquistados. Nos primórdios, por exemplo, mulheres e escravos não participavam da vida democrática. Não estamos no fim da história, democratizar a democracia deve continuar sendo uma busca e uma construção coletiva.

Temos que continuar lutando para aperfeiçoar a democracia, que é a forma imperfeita mais perfeita para tratar as nossas imperfeições.⁷ (NOVA POLÍTICA, 2011, 3:25 horas)

Os diálogos relacionados ao tema Política Cidadã trataram, entre outros temas, do reconhecimento de “novas formas de se fazer política”. Essa questão por

⁶ Fala de Giuseppe Cocco.

⁷ Fala de Marina Silva

diversas vezes gerou estranhamento: afinal, o que são novas formas de fazer política?

Novas formas de fazer política para levar adiante que visão? Que conjunto de valores? Interferindo em que elos da cadeia de poder que contrabalanceiam a relação de forças no país ou numa cidade? Essa é a pergunta. Precisa descrever o novo e o velho que estão atrelados a valores e a uma visão de futuro. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 74)

Diversos exemplos de novas formas de fazer política foram apontados nas conversas: movimentos que venham da base, atuar em rede, dialogar, respeitar as diferenças, aproximar a política do cotidiano das pessoas, descentralizar decisões, ampliar a participação, reconhecer o papel político da arte. Nesse sentido, o que é identificado como novo não implica necessariamente a negação do velho.

Não existe o novo que se cria em cima do nada. Na biologia, qualquer sistema só se estabelece se algo for preservado. No entanto, qualquer sistema que não se renova está estagnado, vira um sistema fechado e, portanto, vai morrer. Então, o novo e o velho estão em constante interação. Não é preciso opor o novo ao velho. O que se opõe é o que é criativo, vivo e produtivo ao que está estagnado, ao que não estabelece trânsito, ao que não estabelece a possibilidade de um diálogo aberto.⁸ (MOVIMENTO POR UMA NOVA POLÍTICA, 2011, min. 03:36)

A construção da democracia que queremos, ligada ao conjunto de valores destacados no capítulo anterior, passa por transformações na política tradicional, nas instituições, nos partidos políticos, nas formas de representação e também pela ampliação do exercício da cidadania, dos mecanismos de democracia direta e de participação na vida pública.

Democracia representativa

A maioria das pessoas hoje não se vê representada pelos partidos. Eles deixaram de ser espaços de mediação dos desejos da sociedade, de

⁸ Fala de Marina Silva

discussão de projetos para o país, de debates sobre modelo de desenvolvimento e propostas de organização social e econômica. Os partidos hoje são, sobretudo, espaços de disputa do poder pelo poder. O debate sobre a natureza, a necessidade e o futuro dos partidos políticos é, contudo, de grande complexidade, para além da tendência ao julgamento moral que se acirra a cada novo desvio ou malfeito tornado público.

A questão central é que os partidos políticos não são mais necessários. No entanto, a democracia parlamentar está na sua infância. Ela necessitou dos partidos e eles surgiram para que a democracia parlamentar funcionasse bem. Para aprofundar a democracia, hoje, é preciso superar os partidos. É um engano achar que a superação dos partidos levaria a um tipo de democracia direta.⁹ (IDS, 2011, p. 5)

Os modelos partidários vigentes adotam estruturas verticalizadas – adequadas, aliás, ao modelo de alianças do presidencialismo de coalizão brasileiro¹⁰, na medida em que concentra poder de decisão nas lideranças – e há uma luta interna pelo poder, na tentativa de subir na pirâmide e ali se manter. Progressivamente, os partidos deixam de ser espaço de participação política cidadã, de construção de ideários políticos e de projetos de desenvolvimento para o país. O extravasamento de limites éticos nessa luta pelo poder interno e também pelo externo, dentro do sistema político como um todo, colabora para afastar possíveis militantes que não querem se sujeitar a uma lógica de organização que parece pouco confiável e mesmo ameaçadora.

Restaria, assim, como clientela majoritária dos partidos, as pessoas que querem fazer carreira política e, para tanto, aceitariam as regras do jogo. A motivação para ingressar na política é, em diversos casos, a expectativa individual de uma carreira financeiramente exitosa. Isso faz com que a perpetuação no poder seja o objetivo maior, o que leva à orientação das ações para a busca da reeleição e não para a realização do que é de interesse público e para a melhoria da qualidade de vida no país.

⁹ Fala de José Eli da Veiga

¹⁰ Termo cunhado pelo cientista político Sérgio Abranches, em 1988, quando o Brasil saía de sua Constituinte, voltando à experiência de governos democráticos após a ditadura militar.

Na questão da representação a lição foi a limitação do número de mandatos. Não fazer com que a representação se torne uma profissão, ela é uma função. É bom que ela seja exercida por diferentes pessoas e renovada... A profissão de parlamentar, especialmente, é terrível. O cara que deixa de ser parlamentar pode perfeitamente ajudar os outros parlamentares. É só se ver em um processo coletivo e não em uma carreira individual.¹¹ (IDS, 2011, p. 2)

O desencanto com a política institucional e mesmo sua rejeição são vistos, no entanto, como caminhos arriscados.

Eu vejo com muita desconfiança virar as costas à política institucionalizada, é um caminho muito perigoso esse desencanto com a política. Entendo as suas razões, mas é preciso reencantar com a política tal como ela é praticada nas democracias ocidentais. Eu acho que não podemos perder o pé da política institucionalizada de jeito nenhum.¹² (IDS, 2011, p. 37)

A interferência do poder econômico na política é vista como uma das maiores causas de desvirtuamento do sistema representativo. Campanhas políticas envolvem quantias milionárias e, muitas vezes, recursos não declarados, sendo esta uma das grandes causas da corrupção. Além disso, é praticamente inevitável que os representantes eleitos defendam os interesses de quem financiou suas campanhas, e muitas vezes o fazem com mais empenho do que na defesa de quem os elegeu.

A gente esquece que os partidos hoje são insuportáveis porque eles governam não a partir do que os sujeitos que o elegeram pedem ou a partir das promessas que fazem, mas a partir no banco central europeu, do que se decide no Copom, o que se decide nas grandes corporações.¹³ (IDS, 2011, p. 38)

No Brasil, a garantia de condições de governabilidade por meio do presidencialismo de coalizão caminhou para um modelo de alianças e acordos que leva ao paroxismo a troca de votos e apoios no Congresso por espaços institucionais e compensações orçamentárias por parte do Executivo. Com uma

¹¹ Fala de Chico Whitaker

¹² Fala de Ricardo Young

¹³ Fala de Giuseppe Cocco

Presidência da República forte (inclusive com poder legislativo maior do que o do próprio Parlamento), lideranças partidárias também poderosas e reduzida capacidade de intervenção individual dos parlamentares, a coalizão acaba se centrando na operação de um sistema de garantias eleitorais para permanência no poder de elites partidárias. A estabilidade – ou governabilidade – daí advinda tem tido como resultado não só a aprovação das propostas de interesse do Executivo, mas um perverso desmonte das bases imprescindíveis à formação de políticas públicas coerentes entre si e integradas, na medida em que os diferentes ministérios e outros espaços de poder público são distribuídos tendo como critério principal o apoio com propósitos eleitorais.

Eu acredito que este sistema de governabilidade, inerente ao presidencialismo de coalizão, leva a uma crença mais ou menos generalizada de que não dá para fazer diferente, porque é preciso que o governo garanta governabilidade diante do Congresso.¹⁴ (IDS, 2011, p.10)

Participação cidadã

Nossa democracia é resultado da participação cidadã.

O processo da Constituinte teve uma bruta participação popular. A ação da Igreja, com as comunidades eclesiais de base, que faziam as pessoas se reunir em torno dos problemas que elas tinham no bairro e lutar por creche, por água, por essas coisas. Com a visão de Dom Paulo [Evaristo Arns] de que isso é fazer política. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 14)

Com o afastamento dos partidos de suas bases, do diálogo com os movimentos sociais, a participação cidadã está buscando outros espaços.

A participação política naqueles canais tradicionais da participação, seja no mundo partidário de direita e de esquerda, ou dos movimentos sociais tradicionais, como o sindical, vejo quase um esgotamento. Eles têm dificuldade de renovação de quadros, por causa da dinâmica interna de renovação do poder. Não só os partidos, como também o

¹⁴ Fala de: Maristela Bernardo.

movimento sindical, os movimentos sociais e as próprias ONGs mais tradicionais. O único que ainda consegue renovar é o movimento do campo, tanto o Movimento dos Atingidos por Barragens, como as mulheres camponesas e o MST. Mas, se pegar outras formas de participação política, formas coletivas ou quase individualizadas, como no fato de as pessoas se manifestarem tanto pela internet, redes sociais, nós temos um movimento ascendente. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 10)

Em 2011, assistimos a diversas manifestações pelo aprofundamento da democracia no mundo. No Egito, na Tunísia e em outros países do Oriente Médio e do Norte da África, a população foi às ruas e depôs regimes ditatoriais, no que se chamou de “Primavera Árabe”. Na Espanha, o povo foi à Praça do Sol, no movimento dos “Indignados”. Nos Estados Unidos, ocupou o centro do poder financeiro, em Wall Street, questionando o capitalismo financeiro e as iniquidades sociais causadas pela ganância, e daí provocou inúmeros movimentos semelhantes de ocupação em vários países.

No Brasil, ocorreram manifestações contra a corrupção, pela legalização da maconha, pelos direitos GLBT, contra a construção de Belo Monte, contra as alterações no Código Florestal. Destacaram-se ainda algumas mobilizações criativas, como o “Churrasco da Gente Diferenciada”, que criticava a oposição de um grupo de moradores de um bairro rico, em São Paulo, à construção de estação de metrô, por atrair “uma gente diferenciada”.

A sociedade neste momento se descola disso, quando vão para Wall Street é dizer alguma coisa do tipo “eu não concordo com o que vocês fizeram, discordo da solução que estão dando, eu não sei como é o como, mas isso não me impede de dizer que eu continuo acreditando que é possível um outro caminho, uma outra maneira de caminhar ou que eu acredito que ao menos eu estando perto de você eu me sinto mais corajoso para enfrentar esse oceano de coisas em que eu me sinto uma gota d’água.”¹⁵ (IDS, 2011, p.24)

Com pautas e características diferentes, o fato é que todos os eventos foram potencializados pelas possibilidades de mobilização trazidas pelas novas tecnologias e pelas redes sociais. A rede estabelece uma nova lógica, as

¹⁵ Fala de Marina Silva

ações políticas deixam de ser dirigidas exclusivamente por organizações. As pessoas não querem mais ser espectadoras da política, elas querem ser protagonistas, sujeitos políticos, e a internet amplia essa possibilidade.

A rede é um processo, uma ligação horizontal entre pessoas de diferentes origens, pensamentos. Em que a comunicação se faz entre todos e em que a adesão a uma proposta se faz por convicção e não por disciplina e ordem. Essa é a diferença. As redes sociais abrem a possibilidade de você jogar propostas e aceita quem quer, quem se convence por elas. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 78)

Paralelamente ao uso das novas tecnologias, destaca-se também o uso de novas metodologias que privilegiam o diálogo, a busca de convergências e o respeito às diferenças. Espaços como o Fórum Social Mundial e seus desdobramentos regionais e locais são experiências inspiradoras, privilegiam a autogestão das atividades de forma horizontal, proporcionando o encontro e articulação de pessoas, organizações, movimentos e redes.

O Fórum Social Mundial faz parte deste novo jeito de fazer política, onde todos tem espaço, onde tem voz, onde todos podem organizar suas atividades. Não tem ninguém que diz você vai fazer, você vai falar, você vai organizar. Ninguém diz o que é menos importante, o que é mais importante. Ninguém diz nós vamos nesta direção, mesmo que alguns tenham outra visão. Precisa prestar muita atenção ao que representa o Fórum Social Mundial como experiência política.¹⁶ (IDS, 2011, p. 34)

Apesar de muitos pontos de conexão, os movimentos de participação cidadã têm se mostrado difusos. Seria essa característica uma fragilidade ou uma riqueza? Qual a capacidade de impactarem realmente a estrutura do atual sistema político, de se transformarem numa força política catalisadora, capilarizada na sociedade?

Mesmo com a ampliação das possibilidades de exercício da cidadania, a participação democrática ainda é vista como bastante incipiente.

¹⁶ Fala de Oded Grajew

Temos uma democracia meramente delegativa: vamos às urnas a cada dois anos, delegamos nossa representação a um vereador, deputado, presidente, mas temos muito pouco grau de participação. Estamos longe de uma democracia verdadeiramente representativa, principalmente dos setores populares, e mais longe ainda de uma democracia participativa em que a sociedade política e sociedade civil dialoguem de igual para igual. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 37)

Com relação à percepção dos jovens, o relatório da pesquisa “Política Cidadã – Reflexões e Caminhos” revelou que eles não acreditam na política como forma de transformar a realidade.

Se de um lado cidadania remete a conceitos positivos, a palavra política traz lembrança completamente negativa. Além da corrupção, que surge como menção principal, as citações dos jovens sobre raiva, roubo, promessas, mentiras, nojo e ódio sinalizam o desgaste do conceito. Atrelados à política estão os políticos, responsáveis pela desordem que leva à descrença em um país melhor. (IDEAFIX, 2011, p.2)

Apesar do descrédito, quando convidados a sonhar com uma cidade ideal, os jovens descrevem uma política com ampla participação dos cidadãos.

O cidadão se apropriaria dos espaços públicos, como parques e praças, que seriam seguros para crianças e idosos. Para governá-la escolheriam gestores confiáveis, experientes, conhecidos, que trabalhem com planejamento, metas e prestação de contas. Nessa cidade as instâncias de poder seriam mais próximas do cidadão, circunscritas ao seu entorno, autogeridas e controladas pelos participantes da comunidade. (IDEAFIX, 2011, p.3)

A pesquisa “O Sonho Brasileiro¹⁷”, realizada com jovens com algum tipo de engajamento, também revelou que eles não se identificam com partidos e políticos, porém mostrou que jovens atuantes acreditam mais nas possibilidades de mudança.

Aproximadamente 8% dos jovens tem algum tipo de engajamento. Este jovem que está fazendo alguma coisa não tem o sentimento de descrença revelado pela pesquisa Política Cidadã. Ao contrário, ele vê o resultado direto de todas as coisas que faz. Chamamos essas ações

¹⁷ Para mais informações, ver www.ohonhobrasileiro.com.br.

de microrrevoluções. Ele acredita que está fazendo microrrevoluções e contagia as pessoas que estão em volta.¹⁸ (IDS, 2011, p.1)

O que fazer para mudar?

Muita gente não acredita mais nos partidos, acha que não pode vir nada de novo desta forma de organização. Outros pensam que, com as novas tecnologias de rede, os partidos não são mais necessários como intermediadores da vontade da população.

Seria o fim dos partidos, ou apenas o fim dos partidos da forma como conhecemos hoje? Como os partidos poderiam incorporar a lógica e dinâmica das redes? Como eles poderiam caminhar para uma estrutura mais horizontalizada e democrática?

“O sistema político partidário que a gente tem hoje que é o sistema representativo, ele tem um desenho, eu acho que a gente não deve ter nenhum tipo de apego a esse desenho, nenhum compromisso de lutar pela permanência desse desenho (...). Mas você pode pensar num desenho completamente diferente e que possa cumprir melhor os objetivos da democracia, (...) que representaria diante do quadro que a gente tem hoje, nacional, global, cultural, (...) uma representação mais avançada da vontade popular.”¹⁹ (IDS, 2011, p. 42)

É fato que a Constituição brasileira garante o monopólio dos partidos sobre o acesso aos postos de representação política²⁰. Por esse motivo, dentre as opções de quem afirma a superação histórica dos atuais partidos, pode estar, paradoxalmente, a instituição de um partido anti-sistema partidário ou que tenha por objetivo uma reforma política profunda, capaz de, por meio de mobilização social, suplantar a barreira dos interesses existentes hoje no Congresso Nacional, avessos a qualquer tipo de mudança que vá além de ajustes casuísticos.

¹⁸ Fala de Carla Mayumi

¹⁹ Fala de: Maristela Bernardo.

²⁰ Art. 14, Parágrafo 3º: Inciso V.

Sujeitos políticos modernos se chamam partidos. Se este desejo de participação, se esta aspiração pela mudança das coisas no Brasil não encontrar um corpo que materialize isso do ponto de vista político-partidário, a tendência é que isso se dissolva ou que se disperse em iniciativas das mais variadas, que vão aperfeiçoar aqui ou ali, enquanto as grandes questões não são tocadas.²¹ (IDS, 2012, p.2)

A participação no atual modelo político, caracterizado pelo presidencialismo de coalizão, porém, é bastante questionada.

Eu estou entendendo que nós estamos pensando em uma nova forma de fazer política atrelada a um conjunto de valores, uma estratégia de democracia, de qualidade de vida, de respeito ao meio ambiente, respeito às pessoas. Gostaria de ouvir se nós reconhecemos novas formas de fazer política com as quais nos identificamos e que gostaríamos de apoiar. Se reconhecemos, ou se temos desejo de desenhar uma nova forma de fazer política, a gente acha possível fazer isso e ao mesmo tempo participar ativamente do presidencialismo? (...) A gente está disposto a promover rupturas que evoluem para novas formas de fazer política atreladas aos valores que temos? (IDS, 2011, P. 147)

No entanto, a superação desse sistema não é de fácil alcance.

Você tocou num ponto fundamental, que é a falência do presidencialismo de coalizão... A gente já tinha essa discussão durante a campanha e a evidência agora mostra realmente que não é por aí. A pergunta que fica para nós em relação a isso é; se não assim, como? E não é simples a resposta.²² (IDS, 2011, p.12)

Foram identificados diferentes enfoques na discussão sobre um novo jeito de se fazer política, o que mostra a complexidade do tema e as inúmeras possibilidades de pensar uma nova prática política, levando em conta não apenas o sistema político institucional, mas a renovação dessa prática na própria sociedade.

Nós temos duas dinâmicas que podem entrar como nova política. Uma é mais nos fundamentos, elevar a qualidade da democracia representativa brasileira. (...) Eu diria que interessa à maioria da sociedade. Elevar a qualidade da nossa democracia, basicamente está

²¹ Fala de Marcos Rolim

²² Fala de: Eduardo Giannetti.

associada a toda essa ideia grande de política do Estado, que é a accountability, transparência e honestidade, anticorrupção. Outro movimento é a qualidade da vida na sociedade, sustentabilidade, felicidade. Também é parte da nova política, existe demanda na sociedade brasileira, mas uma demanda menor.²³(IDS, 2011, p. 29)

Em vez de discutir partidos, alguns defendem que se invista mais energia em dialogar com a sociedade sobre um novo estilo de civilização.

Tem que ficar longe de partidos. O problema não é o partido. É evidente que é importante falar nisso, mas eu acho que a gente tem que parar de pensar como Estado. Pelo que eu estou entendendo nós não estamos numa campanha governamental, estamos numa campanha antropológica, no sentido de como nós vamos difundir melhor as nossas ideias a respeito do que a gente entende que seja uma sociedade humanamente viável, ecologicamente viável.²⁴(IDS, 2011, p. 33)

A ampliação do diálogo com movimentos sociais foi colocada como um desafio. Seria possível aproximá-los da agenda da sustentabilidade? É viável uma nova forma de organização política sem uma base social ampla? Além do estreitamento das relações com os movimentos, falou-se em ampliar a permeabilidade em setores diversos da sociedade.

Precisa ser radical mesmo, precisa ostensivamente e integralmente se dedicar a esta permeabilidade com a sociedade, tentar investigar, na prática, o que é capaz de fazer uma nova política. O nosso grande desafio é materializar o mundo governado pela diversidade, isso é muito difícil porque não estamos preparados para isso. (...) no Brasil, em termos de reforma política, a reforma é cultural, da sociedade, é nesse caminho que você vai ter que andar.²⁵ (IDS, 2011, p. 28)

No âmbito da governança da sociedade civil também foi levantada a possibilidade de ampliar os espaços de diálogo entre interlocutores de diferentes partidos e buscar convergências no que é importante para o bem comum.

²³ Fala de: Eduardo Viola.

²⁴ Fala de: Eduardo Viveiros de Castro.

²⁵ Fala de: Maristela Bernardo.

Analisar as relações de poder no Brasil foi apontado como uma lacuna para subsidiar as discussões sobre as novas formas de fazer política desejadas.

Para entender o que estamos nos propondo, falta no Brasil a etnografia das cadeias de poder, como opera o poder. Todo mundo fala, mas falta uma etnografia mais fina do jeito do Brasil fazer política, articulando visão, pontos de interesse, estruturas de poder etc. Para a gente poder ter uma visão comparativa do que buscamos, identificar e fortalecer novas formas de fazer política que tenham a ver com o conjunto de valores. (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 74)

Com relação ao aperfeiçoamento do atual sistema representativo surgiram algumas sugestões. Para a quebra do monopólio dos partidos sobre as candidaturas, foi levantada a proposta de candidaturas sem partidos, o que exigiria uma emenda constitucional, de difícil concretização, considerando-se a composição do Congresso brasileiro, o rito de tramitação de PECs (Proposta de Emenda à Constituição) e o poder das hierarquias partidárias. Alguns países já permitem essa alternativa para aqueles que não querem se filiar a partido para se candidatar. Nestes lugares, o sistema de candidaturas avulsas convive com o de filiação partidária.

As instituições não estão funcionando. Um dos motivos é porque elas passam por cima do ser humano. A gente acaba se tornando uma coisa que não é para poder satisfazer as ansiedades, as projeções das instituições. Eu quero atuar na política. Quando fui convidado para ser candidato, uma amiga me disse: “Se for candidato, você vai virar outra coisa”. Então, decidi fazer política fora dos partidos. Acho que a gente tem que ter a possibilidade de ter candidaturas sem partido, para que pessoas que não se identificam com partidos possam agir.²⁶ (IDS, 2011, p.5)

Para buscar diminuir a interferência do poder econômico na política, por exemplo, enfatizou-se a necessidade de rever o sistema de financiamento e a relação da mídia com as campanhas.

O poder corporativo é essencial como deformador dos partidos políticos, é ele que financia os candidatos... Ele financia evidentemente

²⁶ Fala de Eduardo Rombauer

a mídia através dos processos da publicidade. E ele cria nossas identidades.²⁷ (IDS, 2011, p. 5)

Outra medida sugerida foi a limitação do número de mandatos, buscando evitar a perpetuação de algumas pessoas no poder, renovando os quadros políticos.

Tinha que ser no máximo dois mandatos, não transformar representação em profissão. No primeiro aprende, no segundo trabalha. E depois deixa o lugar pra outro. A continuidade no posto é trágica (...). (IDEAFIX; IDS, 2011, p. 36)

Por fim, como medida que visa garantir que o desenvolvimento sustentável esteja entre os compromissos dos eleitos, independentemente do partido, já existe uma PEC que determina que todo eleito para cargo executivo apresente um plano de metas para a sua gestão. A proposta, apresentada pela sociedade civil, está tramitando no Congresso com a assinatura de 181 parlamentares de diferentes partidos.

Já existem várias experiências positivas, nas quais a obrigatoriedade do plano de metas que contemple o desenvolvimento sustentável da cidade foi incorporada pela legislação do município, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Podemos fazer discursos, mas o que anima as pessoas são os casos concretos, que mostram que é possível. (...), não fiquem sentados e esperem que de lá saia alguma coisa. E façam alianças, formem redes, porque é possível mudar.²⁸ (IDS, 2012, p.2)

²⁷ Fala de Ladislau Dowbor

²⁸ Fala de Oded Grajew

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/abramovay-sociedade-comeca-a-dissociar-riqueza-de-prosperidade>>. Acesso em: 17 de abril de 2013.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismos de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 1, p. 05-32, 1988.

ATHAYDE, Celso. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/celso-athayde-ainda-ha-um-odio-muito-grande-dos-politicos>>. Acesso em: 16 de abril de 2013.

BETTO, Frei. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/as-pessoas-so-mudam-mudando-o-mundo>>. Acesso em: 17 de abril de 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: tentativa de definição. Disponível em: < <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

BONDER, Nilton. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2013. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/o-jovem-e-a-grande-esperanca>>. Acesso em: 16 de abril de 2013.

BRASIL. Constituição (1998). **Artigo 14, parágrafo 3º, inciso V**. Editora Manole, São Paulo, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2013. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/para-viveiros-de-castro-redes-sociais-sao-saidas-de-emergencia>>. Acesso em: 16 de abril de 2013.

DISKIN, Lia. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em < <http://www.idsbrasil.net/blog/conhecer-se-e-viver-em-teia>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO. **II Roda de Conversa Política 2.0** – Relato. Porto Alegre, 2012.

GUZZI, Drica. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em <<http://www.idsbrasil.net/blog/para-drica-guzzi-da-escola-do-futuro-da-usp-escolas-instigam-pouco-os-alunos>>. Acesso em: 16 de abril de 2013.

IDEAFIX. Política Cidadã: reflexões e caminhos – **Resultados preliminares do estudo – a percepção do jovem**. São Paulo, 2011

IDEAFIX; IDS. **Política Cidadã**: caminhos e reflexões – relatório de pesquisa de opinião. São Paulo, 2011.

IDS. **Novo jeito de fazer política** (transcrição). São Paulo, 2011.

IDS. **Roda de conversa Política 2.0** (transcrição). São Paulo, 2011.

JOHAN, Rockström. **Planetary Boundaries**. Disponível em:<<http://www.nature.com/news/specials/planetaryboundaries/index.html>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

MEIRELLES, Fernando. Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” **Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em <<http://www.idsbrasil.net/blog/os-partidos-nao-representam-a-vontade-da-populacao>>. Acesso em: 17 de abril de 2013.

MOVIMENTO POR UMA NOVA POLÍTICA. **Coletivo São Paulo**. Nov. 2011. Disponível em:< <http://twitcam.livestream.com/7av5z>> Acesso em: 18 de junho de 2013.

TRAJBER, Rachel. **Pesquisa qualitativa “Política Cidadã - Reflexões e Caminhos” Instituto Democracia e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em <<http://www.idsbrasil.net/blog/transicao-para-sociedade-sustentavel-deve-ser-coletiva>>. Acesso em: 17 de abril de 2013.